

**Conhecimento da população sobre a atuação do médico veterinário na atenção básica à saúde**

**Population knowledge of the veterinarian role competence on primary health care**

**Conocimiento de la población en relación al papel del medico veterinário en la atención  
primaria de salud**

Recebido: 10/05/2020 | Revisado: 12/05/2020 | Aceito: 18/05/2020 | Publicado: 30/05/2020

**Fernanda Cassioli de Moraes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3004-8331>

Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Brasil

E-mail: [fer\\_med\\_vet@hotmail.com](mailto:fer_med_vet@hotmail.com)

**Ronaldo Inácio da Costa Filho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9974-9940>

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasil

E-mail: [ronaldofilhovet@gmail.com](mailto:ronaldofilhovet@gmail.com)

**Rafaela Assis Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6367-3921>

Universidade Federal de Jataí, Brasil

E-mail: [rafaela\\_assis97@hotmail.com](mailto:rafaela_assis97@hotmail.com)

**Laura Baialardi Galvão**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9597-5016>

Universidade Federal de Jataí, Brasil

E-mail: [laurinha\\_baialardi@hotmail.com](mailto:laurinha_baialardi@hotmail.com)

**Dirceu Guilherme de Souza Ramos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9603-6638>

Universidade Federal de Jataí, Brasil

E-mail: [dguilherme@ufg.br](mailto:dguilherme@ufg.br)

**Andreia Vitor Couto do Amaral**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6406-2372>

Universidade Federal de Jataí, Brasil

E-mail: [andreiavcvet@ufg.br](mailto:andreiavcvet@ufg.br)

**Leandro Rodrigues de Oliveira Carvalho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7032-4447>

Universidade Federal de Jataí, Brasil

E-mail: leandroredes@gmail.com

**Carolina de Alvarenga Cruz**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1623-8932>

Universidade Federal de Jataí, Brasil

E-mail: carol\_a\_cruz@yahoo.com.br

**Eric Matheus Nascimento de Paula**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5948-1860>

Centro Universitário de Mineiros, Brasil

E-mail: ericmateus@unifimes.edu.br

**Adolorata Aparecida Bianco Carvalho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1793-7900>

Universidade Estadual Paulista, Brasil

E-mail: adolorata.carvalho@unesp.br

**Daniel Bartoli de Sousa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3209-7911>

Universidade Federal de Jataí, Brasil

E-mail: daniel\_bartoli\_sousa@ufg.br

**Raphaella Barbosa Meirelles-Bartoli**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7147-5711>

Universidade Federal de Jataí, Brasil

E-mail: raphaella@ufg.br

**Resumo**

A possibilidade da atuação do médico veterinário na promoção da saúde humana ainda é, muitas vezes, desconhecida pela população brasileira, pois acredita que essa profissão está voltada apenas para as áreas de clínica e cirurgia de pequenos e grandes animais. Assim, objetivou-se avaliar, por meio de questionário, a percepção da população do Distrito de Córrego Rico, pertencente ao Município de Jaboticabal-SP, sobre os campos de atuação do médico veterinário, e verificar seu conhecimento sobre: raiva, leptospirose, leishmaniose, toxoplasmose e dengue. Dos 141 respondentes, 92,9% afirmaram saber a área de atuação do médico veterinário e quando indagados sobre quais seriam, 96,9% citaram clínica de

pequenos e de grandes animais. Somente 3,1% associaram a atuação desse profissional na área de saúde pública, citando atividades nas Unidades de Vigilância em Zoonoses, na vigilância sanitária e no controle da dengue. Acerca do conhecimento em zoonoses urbanas, quando questionados se sabiam o que era raiva, 85,8% dos respondentes afirmaram que sabiam, e quando indagados sobre leishmaniose, toxoplasmose e leptospirose, 87,3%; 65,3%; e 26,2%, respectivamente, disseram que nunca haviam escutado nada a respeito. Também foi observado, a partir de análise estatística pelo Teste Qui-quadrado ( $p < 0,05$ ), que as variáveis escolaridade e faixa etária podem influenciar no conhecimento acerca das zoonoses e das áreas de atuação do médico veterinário. Diante dos resultados, fica evidente que o conhecimento dos respondentes é precário sobre enfermidades de grande importância para a saúde pública e que contam com o médico veterinário como aliado para potencializar o trabalho da Atenção Básica à Saúde.

**Palavras-chave:** Doenças zoonóticas; Saúde pública; Saúde única.

### **Abstract**

The veterinarian role in promoting human health has been often unknown to the Brazilian population, due to the belief that this profession is dedicated only to the areas of the clinic and surgery of small and large animals. This work aimed to evaluate, through a questionnaire, the population perception, of Córrego Rico District, São Paulo State, about the veterinarian role, and verify their knowledge about rabies, leptospirosis, leishmaniasis, dengue fever, and toxoplasmosis. According to the obtained results, from 141 respondents, 92.9% claimed to know the veterinarian's work activities and when asked about what would they be, 96.9% mentioned small/large animal clinic. Only 3.1% of the respondents associated with their performance at the public health, pointing out the work at Zoonoses Surveillance Units, in Health Surveillance System and Dengue Fever Control Programmes. In regards to urban zoonoses, when asked if they knew what rabies means, 85.8% of the respondents stated that they knew, and when inquired about leishmaniasis, toxoplasmosis, leptospirosis, 87.3%; 65.3%; and 26.2%, respectively, attested they had never heard anything about it. It was also observed, from statistical analysis Chi-square test ( $p < 0.05$ ), the variables schooling and age group can influence the knowledge about zoonoses and the veterinarian's working areas. Based on the obtained results, it is evident the respondents precarious knowledge about diseases of great importance for public health and that rely on the veterinarian as an ally to strengthen the work of Basic Health Care.

**Keywords:** One health; Public health; Zoonotic diseases.

## Resumen

La posibilidad del papel del veterinario en la promoción de la salud humana aún es desconocida para la población brasileña, ya que cree que esta profesión se centra solo en las áreas de clínica y cirugía para animales pequeños y grandes. Así, el objetivo fue evaluar, por medio de un cuestionario, la percepción de la población del Distrito de Córrego Rico, perteneciente al Municipio de Jaboticabal-SP, sobre los campos de acción del veterinario, y verificar su conocimiento sobre: rabia, leptospirosis, leishmaniasis, toxoplasmosis y dengue. De los 141 encuestados, 92.9% dijo que conocía el área de actividad del veterinario y cuando se les preguntó sobre cuáles serían, 96.9% mencionó la clínica para animales pequeños y grandes. Solo 3.1% asoció el desempeño de este profesional en el área de salud pública, citando actividades en las Unidades de Vigilancia en Zoonosis, en la Vigilancia de la Salud y en el control del dengue. Con respecto al conocimiento de las zoonosis urbanas, cuando se les preguntó si sabían qué era la rabia, 85.8% de los encuestados dijeron que lo sabían, y cuando se les preguntó sobre la leishmaniasis, la toxoplasmosis y la leptospirosis, 87.3%; 65,3%; y 26.2%, respectivamente, dijeron que nunca habían escuchado nada al respecto. También se observó, en base al análisis estadístico de la prueba de Chi-cuadrado ( $p < 0.05$ ), que las variables educación y edad pueden influir en el conocimiento sobre las zoonosis y las áreas de actividad del médico veterinario. En vista de los resultados, es evidente que el conocimiento de los encuestados es precario sobre enfermedades de gran importancia para la salud pública y que cuentan con el veterinario como un aliado para mejorar el trabajo de Atención Primaria de Salud.

**Palabras clave:** Enfermedades zoonóticas; Salud pública; Una sola salud.

## 1. Introdução

Os médicos veterinários possuem um vasto campo de atuação, podendo trabalhar nas áreas de clínica e cirurgia de pequenos e grandes animais; na produção e reprodução animal; na inspeção e tecnologia de produtos de origem animal destinados ao consumo humano e animal; no saneamento ambiental e na medicina veterinária preventiva; na saúde pública controlando enfermidades comuns aos seres humanos e animais; na zootecnia, ecologia e proteção ao meio ambiente, além de atuar também na educação em saúde (Brasil, 2003).

Barbosa (2014) enumera os diversos campos de atuação desse profissional na saúde pública, dentre eles: Universidades com ensino/pesquisa/extensão em

universidades/institutos; vigilância em saúde (epidemiológica, ambiental, sanitária e do trabalhador); controle de zoonoses; tecnologia e inspeção higiênico sanitária de produtos de origem animal (competência exclusiva da profissão); planejamento e gestão (administração de serviços de saúde, planejamento e elaboração de programas e projetos em saúde animal e saúde pública, formulação de políticas públicas de saúde); educação em saúde; defesa sanitária animal; segurança alimentar, prevenção e promoção da saúde, entre outros.

Em estudo realizado em comunidades rurais africanas criadoras de gado, as quais passavam por um programa de imunização humana e animal, Schelling et al. (2005) relataram que na presença de médicos veterinários juntamente com as equipes de saúde nos momentos da vacinação, a população tinha maior receptividade as vacinas, vacinando seus filhos e seu rebanho mais espontaneamente. Também relataram que um melhor aproveitamento dos médicos veterinários que acompanhavam esses criadores de gado, seria com o monitoramento de doenças zoonóticas e infecções oportunistas, considerando crucial para o sucesso do programa.

Nos Estados Unidos, em 2008, foi relatada a crescente demanda por profissionais médicos veterinários com conhecimento amplo em saúde pública. Maccabe et al. (2008) relataram a crescente procura em diversos setores (agricultura, saúde e segurança) por médicos veterinários, para suprir o déficit de profissionais nas áreas de pesquisa em microbiologia, patologia, imunologia e genética, tanto para proteger a saúde animal quanto a humana, e também para apoiar os esforços em segurança e defesa biológica.

Speare et al. (2015) abordaram a necessidade de inserção do médico veterinário no sistema público de saúde australiano (Medicare), fazendo um levantamento com parte da população questionando se caso o médico recomendasse a consulta com um veterinário nos casos em que fossem diagnosticados com alguma zoonose, se procurariam esse profissional, 79,8% (976/1223) disseram que procurariam o veterinário para uma consulta às suas custas e 90,7% (1109/1223) estariam dispostos a consultar com um veterinário caso o custo dessa consulta fosse arcado pelo Medicare, essa consulta não seria para tratamento, mas sim com intuito de fazer o paciente compreender o mecanismo da doença, e assim, se proteger.

No Brasil, em 2011, por intermédio da Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011 do Ministério da Saúde, os médicos veterinários passaram a integrar, juntamente com outros profissionais da área da saúde, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) que tem parceria com as equipes multiprofissionais que atuam na Estratégia Saúde da Família (ESF) (BRASIL, 2011). No dia 21 de setembro de 2017 este núcleo foi lrenomeado pela

Portaria 2436/2017 como Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB) (Brasil, 2017).

No entanto, esse amplo campo de atuação dos médicos veterinários não é conhecido por grande parte da população, tornando-se extremamente necessário adotar ações que permitam difundir informações sobre a importância desses profissionais para a sociedade, principalmente por atuarem direta e indiretamente na Saúde Pública

Outro ponto a ser considerado é o impacto que as zoonoses têm sobre a saúde humana e ambiental. Por definição, tem-se que zoonoses são enfermidades comuns aos seres humanos e aos animais. Os seres humanos podem infectar-se diretamente, por exemplo, entrando em contato com secreções de animais infectados ou, indiretamente, pela ingestão de alimentos ou água contaminados. Existem mais de 150 doenças zoonóticas, que acometem principalmente países em desenvolvimento e populações pobres e vulneráveis (LANGONI, 2004). De acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), 60% das doenças infecciosas que acometem os seres humanos são de origem animal, assim como 75% das doenças emergentes e 80% dos patógenos que poderiam ser potencialmente utilizados no bioterrorismo (OIE, 2018).

No Brasil, entre os anos 2000 a 2017 foram registrados 185 casos de raiva humana, dos quais 184 indivíduos vieram a óbito, e 66.090 casos de leptospirose, dos quais 5.959 indivíduos vieram a óbito. Sobre a dengue, foram registrados 10.825.238 casos entre os anos 2000 e 2016, com 10.160 mortes registradas em decorrência da doença e de suas complicações (Brasil, 2018a). Em relação à leishmaniose visceral, no Estado de São Paulo, de 2000 a 2017, foram registrados 2.839 casos, dos quais 246 vieram a óbito (São Paulo, 2018).

Os saberes que a população brasileira possui acerca das zoonoses, englobando sua definição e incidência; participação dos animais na sua disseminação; formas de transmissão; mecanismos de controle e impacto para a sociedade são extremamente deficitários, o que interfere diretamente na prevenção, controle e erradicação dessas enfermidades (Almeida, 2018).

Objetivou-se assim avaliar o conhecimento da população de Córrego Rico, Distrito de Jaboticabal, Estado de São Paulo, sobre: as áreas de atuação do médico veterinário e zoonoses como raiva, leptospirose, leishmaniose, toxoplasmose e dengue, que possuem importante caráter zoonótico e geram grandes impactos na saúde pública. Dessa forma, pretende-se oferecer subsídios para elaboração e implantação de programas de conscientização da população sobre a importância do médico veterinário para a promoção

da saúde nos territórios assistidos pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) e para a prevenção das zoonoses. Ademais, essencial à incorporação de atividades educativas nas comunidades para que, com informação e orientação, as pessoas tomem parte das ações que beneficiarão à saúde em sua comunidade.

## 2. Metodologia

O estudo foi realizado em Córrego Rico, Distrito de Jaboticabal, Estado de São Paulo, que conta com uma população de aproximadamente três mil habitantes e com uma equipe de ESF. No total, foram entrevistadas 141 famílias, sendo escolhido aleatoriamente um membro maior de idade de cada família para responder ao questionário.

A aplicação dos questionários foi feita por meio de entrevista face a face durante as visitas domiciliares dos agentes comunitários de saúde (ACS). Esse levantamento teve apoio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Jaboticabal e da ESF de Córrego Rico durante toda a execução.

O Distrito é dividido pela equipe da ESF, em cinco áreas distintas, sendo três na área urbana e duas na área rural. Com base na distribuição do território e quantidade de famílias assistidas, 30% de cada área foram visitadas e entrevistadas durante a realização do diagnóstico de situação.

O questionário utilizado era composto por questões que abordavam o campo de atuação do médico veterinário e as principais zoonoses urbanas. No total eram 41 questões, sendo 24 fechadas e 17 semiabertas. Também foram levantados dados relacionados à escolaridade, sexo e idade dos entrevistados.

Os dados encontrados passaram por análise estatística descritiva e submetidos ao Teste  $X^2$  (Qui-quadrado) sendo considerados estatisticamente significativos valores na comparação das proporções que apresentaram  $p < 0,05$ . Ainda, foi calculado o Coeficiente de Contingência de Pearson ( $C^*$ ) nos cruzamentos que se observaram a dependência entre as variáveis, no intuito de verificar a intensidade da associação entre elas. Segundo *Statistics Solutions* (2018), para valores  $\leq 0,1$  considera-se associação fraca, valores entre 0,1 e 0,3 associação moderada e valores  $\geq 0,3$  considera-se associação forte. Os dados foram tabulados e analisados no Software R®.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) das Faculdades Integradas Padre Albino – FAMECA na Plataforma Brasil, sob o parecer nº 1.531.331 de 05 de maio de 2016.

### 3. Resultados e Discussão

No total foram aplicados 141 questionários, sendo que os respondentes foram 85,1% (120/141) mulheres e 14,9% (21/141) homens. Os entrevistados, todos maiores de 18 anos foram agrupados nas seguintes 26 faixas etárias: 9,9% (14/141) tinham entre 18-28 anos; 16,3% (23/141) entre 29-38 anos; 19,1% (27/141) entre 39-48 anos; 25,5% (36/141) entre 49-58 anos; 26,9% (38/141) a partir de 59 anos; e 2,3% (3/141) não informaram a idade.

No que tange à escolaridade, 9,9% (14/141) eram analfabetos; 55,3% (78/141) dos indivíduos cursaram apenas o ensino fundamental; 29,8% (42/141) o ensino médio e 4,9% (7/141) o ensino superior.

Na avaliação sobre o papel do médico veterinário (MV), quando indagados se sabiam a área de atuação desse profissional, 92,9% (131/141) disseram que sim e 7,1% (10/141) que não. Quando analisadas conjuntamente as variáveis “conhecimento do que faz o MV x escolaridade” e “conhecimento do que faz o MV x faixa etária” encontramos uma associação significativa entre elas segundo o Teste  $X^2$  ( $p=0,0301$  e  $p=0,0362$ , respectivamente), ou seja, as variáveis possuem dependência entre si. Assim, as respostas com relação ao conhecimento do que faz o MV foram influenciadas pela escolaridade e pela faixa etária dos respondentes, sendo que a maior porcentagem de pessoas que sabiam a área de atuação do veterinário estava nos grupos com maior grau de instrução (ensino médio e superior) e com idade entre 18-48 anos. A partir dos resultados de “p” acima citados, foi calculado o Coeficiente de Contingência de Pearson de cada análise, e obteve-se  $C^*=0,23$  e  $C^*=0,26$ , respectivamente, demonstrando que as variáveis possuem uma associação moderada, havendo uma tendência de que escolaridade e faixa etária interfiram nas respostas.

Dos 131 (92,9%) que afirmaram saber a área de atuação do médico veterinário, foi solicitado que as enumerassem: 96,9% (127/141) citaram atividades voltadas para saúde animal e apenas 3,1% (4/141) associaram a atuação desse profissional em saúde animal e saúde pública. As atividades citadas na área de saúde pública foram: atuação na UVZ, na vigilância sanitária e no controle da dengue.

Neste contexto, menos de 4% da população entrevistada associou a atuação do MV à área de saúde pública, confirmando que a maioria dos entrevistados ainda vê o profissional como atuante apenas nas áreas que envolvem a saúde animal. Englar et al. (2018), em estudo com alunos de cursos da área da saúde de uma universidade americana, relataram que apesar da maioria (83,2%) dos participantes concordarem que o papel central da Medicina Veterinária é a manutenção do vínculo humano-animal, a atuação em saúde pública foi

pouco reconhecida. Quando enumeraram as possíveis áreas de atuação do profissional, as mais citadas foram: cuidados básicos com animais de estimação, imunizações e castrações. De acordo com esses autores, existe a necessidade de que docentes da área da saúde humana rompam com o paradigma de que a Medicina Veterinária é uma profissão com campo de atuação limitado à saúde animal, como boa parte das pessoas ainda acreditam. Tal condição poderia melhorar a colaboração e troca de informações entre os profissionais da medicina humana e veterinária.

Resultado diferente foi encontrado por Victória et al. (2013) com usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Botucatu-SP, no qual 92,4% da população entrevistada consideravam importante a presença desse profissional no SUS atuando na saúde pública, além de evidenciar que maior parte dessa população detinha conhecimento a respeito das atividades desempenhadas pelo veterinário nesse setor. Também houve diferença em relação aos estudos de Neto e Coelho (2016) realizado com duas populações (urbana e rural) em Portugal, nas quais 96,8% dos entrevistados consideravam importante a função do MV na proteção da saúde pública.

No presente trabalho, quando analisadas em conjunto as variáveis “área de atuação do MV x escolaridade” ( $p=0,1285$ ) “área de atuação do MV x faixa etária” ( $p=0,6111$ ) e “área de atuação do MV x área urbana/rural” ( $p=0,6556$ ), elas demonstraram ser independentes ( $p>0,05$ ), não sendo possível estabelecer uma associação do conhecimento da população sobre as áreas de atuação do MV com a escolaridade, faixa etária e área que moram.

Quando questionada a função do MV que trabalha na prefeitura, as respostas obtidas podem ser observadas na Tabela 1.

**Tabela 1.** Respostas da população sobre as funções que o MV desempenha na prefeitura. Córrego Rico, Distrito de Jaboticabal-SP, 2016.

Função do MV que trabalha na prefeitura	(%)
Controle de vetores	0,7%
Cuida de animais de rua	0,7%
UVZ + Vigilância Epidemiológica	0,7%
Clínica de Pequenos + Clínica de Grandes + Castração	0,7%
Nada	0,7%
Clínica de pequenos + Recolher animais soltos	1,4%
Clínica de pequenos	4,2%
Clínica de pequenos + Clínica de grandes animais	7,8%
UVZ	9,2%
Não responderam	2,1%
Não sei	71,6%

Fonte: Pesquisa Própria.

Quando questionados se havia possibilidade do MV trabalhar no Nasf-AB, 67,4% (95/141) afirmaram que sim, 22% (31/141) disseram que não; 10,6% (15/141) afirmaram não saber. No entanto, vale salientar que, a maioria dos que disseram que sim (67,4%) acreditavam que a competência desse profissional no Nasf-AB seria realizar castração, vacinação e atendimento clínico aos animais que residem no território. Tonin e Carlo (2016) em pesquisa com MV atuantes no Nasf-AB, relataram situação parecida, na qual boa parte dos usuários do SUS que conta com a presença desses profissionais no núcleo, não os reconhecem como atuantes da atenção básica, pois pensam que sua função seria realizar atendimento clínico aos seus animais. Entretanto, o profissional MV atua no Nasf-AB, contribuindo positivamente em diversas frentes de atuação, como profilaxia e controle de enfermidades zoonóticas, essencialmente na detecção de fatores de risco e na educação em saúde, orientação da população acerca de acidentes que envolvam animais peçonhentos, entre outros.

Segundo a Comissão Nacional de Saúde Pública Veterinária (CNSPV, 2012) do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), a atuação do MV no Nasf-AB envolve: visitas domiciliares para o diagnóstico de riscos envolvendo os seres humanos, os animais e o ambiente; prevenção, controle e diagnóstico situacional de riscos por doenças transmissíveis por animais vertebrados e/ou invertebrados (raiva, leptospirose, brucelose, tuberculose, leishmaniose, dengue, febre amarela, teníase/cisticercose) e outros fatores determinantes do processo saúde e doença; educação em saúde com foco na promoção, prevenção e controle de doenças de caráter antropozoonótico e demais riscos ambientais; além das orientações de caráter preventivo e auxílio em casos de acidentes com animais peçonhentos.

Sobre a possibilidade do MV trabalhar para melhorar a saúde das pessoas, 71,6% (101/141) afirmaram que sim; 19,8% (28/141) que não; 8,6% (12/141) disseram não sei. Muito provavelmente a forma de questionamento (seguinte a questão sobre o MV atuar no Nasf-AB) pode ter induzido os respondentes a afirmarem essa possibilidade de atuação, uma vez que maioria inicialmente demonstrou que desconhece a atuação do profissional na saúde pública. Begali (2016) em estudo com moradores do município de Machado - MG obteve resultados diferentes: 53% disseram que sim, 26% que não e 21% disseram não sei, porém também relatou que a forma de questionamento pode ter influenciado nas respostas.

Na avaliação do conhecimento sobre zoonoses urbanas, 63,1% (89/141) responderam que não sabiam o que são zoonoses e 36,9% (52/141) responderam que sabiam. Resultado parecido foi encontrado no levantamento de Sampaio (2014) com a população de Cruz Alta-

RS, no qual 69% de seus entrevistados não sabiam ou não se lembravam do que são zoonoses. Rodrigues (2015) também avaliando o conhecimento de gestantes em Mossoró-RN relatou que 79,16% das entrevistadas não sabiam o que eram zoonoses. Já Brito et al. (2015), em estudo com proprietários de cães no município de Cruz das Almas-BA, obtiveram resultado ainda mais desanimador aos supracitados, no qual 94,4% da população entrevistada não compreendia o termo zoonose.

Aos 52 dos 141 entrevistados (36,8%) que responderam que sabiam o que eram zoonoses, foi solicitado que citassem quais as que conheciam, estando as respostas na Tabela 2.

**Tabela 2.** Respostas dos entrevistados sobre quais zoonoses conheciam. Córrego Rico, Distrito de Jaboticabal- P, 2016.

Quais zoonoses você conhece?	(%) dos entrevistados
UVZ	55,8%
Doença em animal	17,3%
Dengue	13,5%
Cobra	1,9%
Doença de cão	1,9%
Chagas e UVZ	1,9%
Leishmaniose	1,9%
Carrapato e pulga	1,9%
Pessoa que trabalha com animal	1,9%
Pessoal da dengue	1,9%

Fonte: Pesquisa Própria.

A maioria dos respondentes (55,8%) (29/52), apesar de afirmarem saber o que são zoonoses, relacionou essas à UVZ, pensando que se tratava do estabelecimento que antes recolhia os animais errantes e os eutanasiavam. Pacheco et al. (2013), em estudo com professores de Jataí-GO, relataram que 39,2% de seus entrevistados também relacionaram zoonoses à UVZ. Babá et al. (2013) em pesquisa com proprietários de cães em Maringá-PR também observaram que alguns entrevistados fizeram a mesma confusão, porém em menor número (13,75%).

Apenas 17,3% (9/52) dos que afirmaram saber o que são zoonoses conseguiram citar de fato ao menos uma doença zoonótica: dengue (13,5%) (7/52), doença de Chagas (1,9%) (1/52) e leishmaniose (1,9%) (1/52). Brito et al. (2015) em levantamento com proprietário de cães do município de Cruz das Almas-BA relataram dado ainda mais preocupante, em que apenas 3,7% da população souberam citar ao menos uma enfermidade de caráter zoonótico.

Aos respondentes ainda foi questionado se sabiam o que era raiva, e se já ouviram falar em leptospirose, leishmaniose e toxoplasmose, sendo avaliado ainda, o conhecimento que possuíam sobre dengue. No que tange à raiva, quando interrogados se sabiam o que era essa doença, 85,8% (121/141) disseram que sim e 14,2% (20/141) que não. Resultado diferente foi encontrado por Tome et al. (2010) com proprietários de cães da área urbana de Botucatu-SP, pois os autores relataram que 41,1% dos entrevistados não sabiam o que era a raiva.

Quando analisamos conjuntamente as variáveis: “você sabe o que é raiva x escolaridade” ( $p=0,2056$ ), “você sabe o que é raiva x faixa etária” ( $p=0,3401$ ) e “você sabe o que é raiva x área urbana/rural” ( $p=0,1393$ ), nenhuma mostrou dependência entre si ( $p>0,05$ ) caracterizando que essas variáveis não interferiram no conhecimento sobre o que é raiva.

Quando indagados se cães e gatos poderiam transmitir raiva para as pessoas, 79,4% (112/141) manifestaram que sim; 2,9% (4/141) que não e 17,7% (25/141) não souberam responder. Na questão que abordou a forma de transmissão da raiva por cães e gatos para os seres humanos, 89% (125/141) soube citar ao menos uma forma correta de transmissão e 11% nenhuma (16/141). Na análise das variáveis “meio de transmissão da raiva por cães e gatos x escolaridade” ( $p=0,0641$ ), “meio de transmissão da raiva por cães e gatos x faixa etária” ( $p=0,1403$ ) e “meio de transmissão da raiva por cães e gatos x área urbana/rural” ( $p=0,6255$ ), verificou-se que elas são independentes ( $p> 0,05$ ), logo as categorias escolaridade, faixa etária e área em que moram não influenciaram nas respostas. Quanto à forma de transmissão da enfermidade pelos animais supracitados, os resultados encontram-se expressos na Tabela 3.

**Tabela 3.** Meio de transmissão da raiva por cães e gatos mencionados pelos entrevistados. Córrego Rico, Distrito de Jaboticabal-SP, 2016.

Meio de transmissão	(%) dos entrevistados
Mordedura	69,6%
Mordedura e arranhadura	7,1%
Mordedura e lambadura	7,1%
Contato	3,6%
Pelo, unhas e fezes	2,7%
Mordedura e sangue	0,8%
Mordedura e contato	0,8%
Comer no mesmo local	0,8%
Não sei	7,5%

Fonte: Pesquisa Própria.

A mordedura também foi a forma mais citada no estudo de Tome et al. (2010) realizado em Botucatu- SP, correspondendo a 72,9% das respostas. Provavelmente esses resultados devem-se ao fato de que a mordedura é o meio de transmissão mais conhecido pelas pessoas e difundido culturalmente como sendo o principal/único meio de transmissão da raiva por cães e gatos raivosos.

Além disso, as pessoas têm o hábito de procurar ajuda médica apenas quando a lesão sofrida no agravo é grave (lesões múltiplas e/ou profundas). Assim nos casos de lambedura e arranhadura que na maioria das vezes é de baixa gravidade, o usuário dificilmente procura atendimento médico, por pensar que a baixa gravidade do ferimento não pode gerar sérias complicações. Essa procura por atendimento em casos graves foi observada nos estudos de Nunes (2015), que relatou que dos usuários que procuraram atendimento médico em decorrência de agressão sofrida por cão/gato no município de Descalvado-SP, 97,2% foram mordidos e 2,8% arranhados e de Negreiros et al. (2018), em um estudo com 1047 relatos de agressão, em Cruzeiro do Sul-AC, onde as principais causas pela procura ao atendimento foram devido a mordedura (98,8%). Destes, alguns casos foram de mordedura e arranhadura simultaneamente, havendo apenas uma procura por ajuda médica devido a ter sofrido apenas lambedura.

Ainda sobre a raiva, foi verificado se a população tinha conhecimento da participação do morcego como transmissor da raiva para seres humanos, 70,9% (100/141) detinham o conhecimento e 29,1% (41/141) não. Quando analisamos em conjunto as variáveis “tem conhecimento da participação do morcego na transmissão da raiva para as pessoas x escolaridade”, “tem conhecimento da participação do morcego na transmissão da raiva para as pessoas x faixa etária” e “tem conhecimento da participação do morcego na transmissão da raiva para as pessoas x área urbana/rural”, obtivemos  $p=0,0041$  ;  $p=0,4457$  e  $p=0,1356$ , respectivamente, ficando demonstrado que apenas a variável escolaridade possui dependência com o conhecimento sobre o morcego participar como fonte de infecção para humanos. Dessa forma, ficou evidenciado que quanto maior o grau de instrução dos respondentes, maior o número de pessoas que detinham esse conhecimento. O Coeficiente de Contingência de Pearson do cruzamento “tem conhecimento da participação do morcego na transmissão da raiva para as pessoas x escolaridade”, foi de  $C^*=0,29$ , indicando um grau de associação moderado entre as variáveis.

Também foi determinado se a população possuía conhecimento da participação do morcego como transmissor da raiva para cães e gatos, 66,7% (94/141) detinham esse conhecimento e 33,3% (47/141) não. Ao cruzar as variáveis “tem conhecimento da

participação do morcego na transmissão da raiva para cães e gatos x escolaridade”, “tem conhecimento da participação do morcego na transmissão da raiva para cães e gatos x faixa etária”, e “tem conhecimento da participação do morcego na transmissão da raiva para cães e gatos x área urbana/rural”, obteve-se  $p=0,0034$ ;  $p=0,5342$  e  $p=0,1734$ , respectivamente, novamente demonstrando que apenas a variável escolaridade possui dependência com o conhecimento sobre o morcego participar como fonte de infecção para cães e gatos, sendo possível inferir que quanto maior o grau de instrução maior o número de pessoas com conhecimento acerca da participação do morcego no ciclo da doença. O Coeficiente de Contingência de Pearson das variáveis que apresentaram dependência foi de  $C^*=0,29$ , o que demonstrou uma moderada associação entre o conhecimento e a escolaridade.

Diante desses dados, observa-se que a maioria da população tem conhecimento acerca da participação dos quirópteros no ciclo da raiva, seja na transmissão para os seres humanos (70,9%) ou na transmissão para cães e gatos (66,7%). Begali (2016) observou resultado parecido com a população de Machado-MG, na qual 72% também viu o morcego como animal transmissor da raiva.

Cabe ressaltar que 60,2% (85/141) dos respondentes deste estudo relataram já ter observado morcegos na região em que moram, sendo assim importante que um maior número de moradores saiba que os quirópteros atuam como fonte de infecção da raiva.

Quando questionados sobre o período que cães e gatos devem ser vacinados contra a raiva, 67,8% (96/141) disseram ser anualmente; 9,9% (14/141) disseram ser de 6 em 6 meses; 2,5% (3/141) disseram ser de 3 em 3 meses, e 19,8% (28/141) não souberam responder. As campanhas anuais de vacinação são importantes para o controle da raiva urbana em cães e gatos o que consequentemente reduz os casos de raiva humana. Instituído em 1973, o Programa Nacional de Profilaxia da Raiva (PNCR), implantou a vacinação antirrábica para cães e gatos em todo o território brasileiro, o que resultou numa redução significativa dos casos de raiva nos cães, saindo de 1200 cães positivos para raiva em 1999 para 13 casos de raiva canina em 2017, todos estes infectados por variantes de animais silvestres (BRASIL, 2018b).

Na questão sobre a raiva ser uma doença que tem cura, 35,4% (50/141) alegaram que sim; 27,6% (39/141) que não e 36,9% (52/141) não souberam dizer. Mais de 1/3 da população estudada acreditava que a raiva tem cura, o que é preocupante, pois trata-se de uma doença com letalidade próxima a 100%, que não possui tratamento comprovadamente eficaz depois de desenvolvida a sintomatologia clínica.

Apesar da maioria dos entrevistados não ter ciência de que a raiva é uma doença incurável, de modo geral, estes apresentaram um conhecimento regular sobre a enfermidade no que se refere à cadeia epidemiológica, como a participação dos cães, gatos e morcegos no ciclo da doença e os meios de transmissão como mordedura, arranhadura e lambedura. Costa et al. (2017) observaram que entre os profissionais ACS, agentes de endemias e professores de escola pública dos municípios Abreu e Lima-PE e Paulista-PE, a maioria (57,1%) também possuía conhecimento regular acerca da cadeia epidemiológica dessa zoonose.

Por fim, quando indagados sobre qual reação teriam caso encontrassem um morcego na própria residência ou em outro local durante o dia, 47,5% (67/141) disseram que matariam e capturariam com auxílio de uma vassoura; 18,4% (26/141) espantariam; 11,3% (16/141) fugiriam; 4,9% (7/141) pediriam ajuda; 4,2% (6/141) ligariam para o UVZ; 4,2% (6/141) matariam e jogariam fora; 1,5% (2/141) citaram que matariam e queimariam; 1,5% (2/141) que capturariam com as mãos; 1,5% (2/141) matariam e dariam para o gato comer e 4,9% (7/141) não fariam nada.

Aqui nos deparamos com um dado importante e preocupante, pois apesar da maioria dos entrevistados verem o morcego como fonte de infecção, tanto para os humanos quanto para cães e gatos, as ações adotadas frente um contato com os quirópteros demonstraram-se inadequadas, uma vez que, a ação de ligar para o UVZ, a mais indicada nesses casos, foi pouco citada.

Uma ação que chamou atenção foi o fato de que o entrevistado mataria o morcego e daria para o gato comer. Gatos por natureza possuem instinto de caça e podem capturar morcegos, e, apesar de ser uma ação natural, ela pode trazer riscos tanto ao animal quanto ao proprietário, haja vista que o morcego pode estar infectado com o vírus rábico, levando a infecção ao felino, e conseqüentemente ao ser humano.

Genaro (2010) abordou em seu estudo a importância do gato no ciclo da raiva, um animal que vem ocupando cada vez mais os lares, muitas vezes substituindo os cães por serem menos dependentes e carentes, e por necessitarem de menos espaço para serem criados. Ele chama a atenção para os hábitos de caça dessa espécie e a dificuldade de vacinação antirrábica nas campanhas, uma vez que o animal apresenta comportamento mais agressivo/arredio devido ao ambiente que se instala nos locais de vacinação (cães vocalizando, por exemplo), o que gera estresse ao animal, fazendo com que os proprietários, diante da situação, optem por não vacinarem os gatos para evitar o desconforto do animal.

Sobre a leptospirose, 73,7% (104/141) já tinham ouvido falar na enfermidade e 26,2% (37/141) não. Tome et al. (2010) em Botucatu-SP obtiveram resultado parecido em que

75,3% dos entrevistados já tinham ouvido falar na doença. Resultado superior foi descrito por Cardoso e Bastos (2016) em São Paulo-SP que relataram que 100% de seus entrevistados conheciam ou já ouviram falar na enfermidade. No presente estudo, na análise das variáveis “já ouviu falar em leptospirose x escolaridade” ( $p=0,5389$ ), “já ouviu falar em leptospirose x faixa etária” ( $p=0,0961$ ) e “já ouviu falar em leptospirose x área urbana/rural” ( $p=0,9853$ ) não foi observada relação de dependência entre elas ( $p>0,05$ ), podendo se inferir que a escolaridade, a faixa etária e a área em que moram não interferiram no fato de já terem ouvido, ou não, falar na doença.

Sobre a forma como as pessoas se infectam, 51,8% (73/141) não souberam citar nenhuma forma; 33,3% (47/141) citaram a urina do rato; 8,5% (12/141) citaram o contato com cão, gato e/ou rato e 6,4% (9/141) citaram por meio do contato com as fezes e a urina do rato. Cabe ressaltar que, dos 141 entrevistados, 75,1% (106/141) relataram já ter observado ratos na região em que mora, dado preocupante visto que mais da metade da população não tem conhecimento da participação do rato no ciclo da doença.

Resultados superiores, no que tange ao conhecimento da população sobre a participação do rato no ciclo da doença, foram citados por Leite e Dutra (2013) em estudo em Mossoró-RN que analisaram o conhecimento de produtores de suínos sobre zoonoses, relatando que 64,7% dos respondentes associaram a leptospirose a ratos; por Souza e Costa (2014) que observaram em estudo com mulheres quilombolas de Santa Isabel do Rio Preto, distrito de Valença-RJ, no qual 53,3% possuíam conhecimento sobre leptospirose e associaram o rato a doença; e por Meirelles-Bartoli et al. (2015) em estudo com professores da rede pública do município de Jataí-GO, no qual 93,9% já ouviram falar sobre leptospirose sendo que desses, 60,6% afirmaram que o contato com o rato é uma forma de transmissão da enfermidade para os seres humanos. Já Moreira et al. (2013), em pesquisa com alunos de escolas públicas situadas nos municípios de Apodi-RN, Felipe Guerra-RN e Severiano Melo-RN relataram que apenas 29,4% afirmaram saber a forma como os seres humanos adquirem leptospirose.

Em relação aos meios que favorecem a disseminação da leptospirose, 76,6% (108/141) não souberam citar nenhum meio; 12,8% (18/141) mencionaram o acúmulo de lixo; 5,7% (8/141) o acúmulo de lixo e a infestação de roedores; 3,5% (5/141) citaram inundações e 1,4% (2/141) o acúmulo de lixo e inundações. A respeito de a leptospirose ter cura, 24,8% (35/141) aludiram que sim; 26,9% (38/141) que não e 48,3% (68/141) que não sabiam.

Referente à leishmaniose, apenas 12,7% (18/141) já ouviram falar sobre a doença e 87,3% (123/141) não. O oposto foi relatado por Silva et al. (2016) com a população de

diversos municípios do eixo Campinas- Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na qual apenas 3,15% nunca ouviram falar sobre a enfermidade.

As variáveis “já ouviu falar em leishmaniose x escolaridade” e “já ouviu falar em leishmaniose x faixa etária” apresentaram valores de  $p=0,0016$  e  $p=0,0388$ , respectivamente, demonstrando possuir dependência, por isso pode-se afirmar que há uma tendência das pessoas com maior grau de instrução (ensino médio e superior) e com idade entre 18-48 anos já terem ouvido falar nessa zoonose. O Coeficiente de Contingência de Pearson entre os dados apresentados foi de  $C^*=0,31$  e de  $C^*=0,26$ , respectivamente, indicando um grau de associação forte entre já se ter ouvido falar na doença e a escolaridade e um grau de associação moderado com a faixa etária. Já as variáveis “já ouviu falar em leishmaniose x área urbana/rural” ( $p=0,4630$ ) demonstraram ser independentes ( $p>0,05$ ), não havendo interferência no fato dos respondentes morarem na zona urbana ou na zona rural.

No presente estudo observou-se que 97,2% (35/36) dos idosos que responderam ao questionário não ouviram falar em leishmaniose, inferindo-se que estes não conhecem a enfermidade, o que corrobora a análise estatística supracitada que demonstrou que a faixa etária influenciou nas respostas sobre já se ter ouvido falar na doença. Nunes et al. (2009) avaliando a percepção de idosos do município de Garanhuns-PE sobre zoonoses parasitárias constataram que 71,2% dos idosos não conheciam leishmaniose. Quando analisado isoladamente o grupo dos respondentes com ensino superior, no que tange a já terem ouvido falar em leishmaniose, 57,1% (4/7) disseram que não ouviram, resultado superior ao descrito por Azevedo et al. (2013) em estudo com docentes (pessoas com ensino superior) do ensino fundamental de Jataí-GO, no qual 43% dos respondentes nunca haviam ouvido falar em leishmaniose.

No presente estudo, dos 12,7% (18/141) que já ouviram falar na enfermidade, foi perguntado quais animais poderiam ter leishmaniose obtendo-se 72,2% (13/18) de citações para o cão; 5,6% (1/18) para o gato, 5,6% (1/18) para os roedores, caramujo, vaca, cavalo e mosquito e 16,6% (3/18) não souberam citar quais animais poderiam ter leishmaniose. Sobre o ser humano poder ter leishmaniose, 89,4% não sabiam e 10,6% afirmaram que sim. Quando as variáveis “o ser humano pode ter leishmaniose x escolaridade” ( $p=0,0011$ ), “o ser humano pode ter leishmaniose x faixa etária” ( $p=0,1322$ ) e “o ser humano pode ter leishmaniose x área urbana/rural” ( $p=0,6611$ ) foram analisadas, apenas o primeiro cruzamento demonstrou dependência ( $p<0,05$ ). Logo, as pessoas que demonstraram ter conhecimento da possibilidade do ser humano ter leishmaniose foram as que possuíam maior grau de instrução (com ensino médio ou ensino superior).

A partir do valor de  $p$  das variáveis que se mostraram dependentes (“o ser humano pode ter leishmaniose x escolaridade”), foi calculado o Coeficiente de Contingência de Pearson e obtido valor de  $C^*=0,31$ , indicando que o conhecimento sobre o ser humano poder ter leishmaniose possui uma forte associação com a escolaridade dos entrevistados.

Também foram indagados sobre como a enfermidade é transmitida ao ser humano, e 91,6% (129/141) não souberam dizer; 4,9% (7/141) citaram picada de mosquito; 1,4% (2/141) a água/rio contaminado; 0,7% (1/141) a urina de cães e gatos; 0,7% (1/141) o carrapato e 0,7% (1/141) o convívio com o cão. Nunes et al. (2009), no município de Garanhuns-PE obtiveram resultado próximo ao encontrado sobre a participação do mosquito no ciclo da doença, pois apenas 5,1% (3/59) dos respondentes apontaram o mosquito como vetor da doença. Já Santos e Lima (2017) relataram em pesquisa com discentes da rede pública de Salinas-MG, que 36,9% dos respondentes associaram a transmissão da leishmaniose a picada de uma espécie de mosquito. Desta forma, ficou evidenciado que dos respondentes do presente trabalho, 95,1% (134/141) não conhecem a forma de transmissão da leishmaniose, resultado similar ao obtido por Brito et al. (2015), no município de Cruz das Almas-BA, que observaram que 98,8% dos seus entrevistados desconhecem a forma de transmissão da doença.

Ainda sobre a leishmaniose, 91,5% (129/141) não sabiam se essa zoonose tem cura; 7% (10/141) afirmaram ter, e 1,5% (2/141) afirmaram se tratar de uma doença incurável. Em relação às formas de prevenção da doença apenas 1,4% (2/141) afirmaram saber, citando o controle do vetor e evitar passeios em matas e florestas.

Assim, com relação à leishmaniose ficou evidenciado que a população estudada possui um déficit de conhecimento sobre o ciclo da doença, o que é extremamente preocupante, uma vez que a enfermidade está avançando pelo Estado de São Paulo de acordo com Paula (2016). Segundo sua análise, foi observada uma forte associação entre o número de casos em cães e humanos entre os 1977 e 2014, em municípios próximos à rodovia Marechal Rondon, existindo a possibilidade de que fatores relacionados ao desenvolvimento econômico do país (aumento da circulação de mercadorias e pessoas por via rodoviária e ferroviária) possam ter sido responsáveis pela dispersão do vetor e, conseqüentemente, expansão da zoonose pelo Estado.

Quanto à toxoplasmose, 34,7% (49/141) dos respondentes já tinham ouvido falar na enfermidade e 65,3% (92/141) não. Resultados superiores foram relatados por Lima et al. (2008) em estudo com 134 idosos na cidade de Araçatuba-SP, ao observarem que 78,4% desconheciam completamente a doença, e por Nunes (2009) no qual 79,7% dos idosos

interrogados no município de Garanhuns-PE também desconheciam a zoonose. Rodrigues (2015) em estudo com mulheres de Mossoró-RN demonstrou que 39,06% de seus respondentes não tinham ouvido falar na doença. Silva et al. (2016), em estudo que avaliou a percepção da população sobre zoonoses em municípios do eixo Campinas-Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, obtiveram resultados mais animadores em que apenas 2,6% dos entrevistados não tinham ouvido falar na doença.

Neste estudo foi observada interferência apenas entre as variáveis “já ouviu falar em toxoplasmose x escolaridade” ( $p=0,0006$ ), com Coeficiente de Contingência de Pearson de  $C^*=0,32$ , indicando que existe uma associação forte entre as variáveis, dessa forma a escolaridade interferiu em já se ter ouvido falar na enfermidade. Por sua vez, as variáveis “já ouviu falar em toxoplasmose x faixa etária” ( $p=0,9108$ ) e “já ouviu falar em toxoplasmose x área urbana/rural” ( $p=0,6876$ ) demonstraram ser independentes. Quando indagados sobre a forma de se contrair a doença, foram citadas as respostas contidas na Tabela 4.

**Tabela 4.** Respostas da população sobre como o ser humano adquire toxoplasmose. Córrego Rico, Distrito de Jaboticabal-SP, 2016.

Como se pega toxoplasmose?	(%) dos entrevistados
Contato com o gato	9,9%
Contato com o cão e gato	4,9%
Fezes do gato	3,5%
Contato com o cão	2,8%
Contato com animais	2,8%
Fezes de cão e gato	2,1%
Fezes de cão	1,4%
Contato com cão e papagaio	0,7%
Não sabem	71,9%

Fonte: Pesquisa Própria.

A maioria dos respondentes não sabe como a população pode adquirir a toxoplasmose. Fato bastante preocupante visto que, quando se desconhece a cadeia epidemiológica da enfermidade, as pessoas estão mais susceptíveis a contrair a doença, tornando seu controle mais difícil e sendo passíveis de ocorrência de surtos. Outro fato relevante é que a associação da enfermidade ao gato foi feita, provavelmente pelo fato de ser difundido, erroneamente, até mesmo por parte de outros profissionais da saúde, que esse animal é o grande responsável pela enfermidade, que representa perigo principalmente para gestantes.

Branco et al. (2012) em estudo com gestantes de Maringá-PR, relataram que, de 81 grávidas que tiveram orientações de médicos sobre toxoplasmose, 29,93% receberam, como medida profilática para evitar a infecção durante a gestação apenas “não ter contato com

gato”. Dias et al. (2013) relataram em estudo com professores de ensino fundamental do município de Jataí-GO que 40,2% associaram a transmissão da toxoplasmose às fezes dos gatos. Moura (2016) em seu levantamento com 226 gestantes em Niterói-RJ, observou que a resposta mais citada quando perguntada a forma de transmissão da toxoplasmose para os seres humanos, foi o contato com fezes de gatos, sendo citada por 48,2% das respondentes. Outro ponto importante a ser abordado, é o fato de que nenhum dos respondentes do presente estudo citou a transmissão por ingestão de alimentos contaminados, em especial carne crua ou mal cozida de carneiro e suíno contendo cistos teciduais, que é o principal meio de transmissão da doença.

Na questão que abordou a possibilidade da mulher grávida infectar-se durante a gestação e transmitir toxoplasmose ao feto, 72,4% (102/141) demonstraram não ter conhecimento, 26,9% (38/141) afirmaram existir a possibilidade, e 0,7% (1/141) disse não ser possível.

Rodrigues (2015) observou em estudo com gestantes em Mossoró-RN, que 59,98% não sabiam se existia a possibilidade da mãe transmitir toxoplasmose ao feto e 35,93% afirmaram ser possível a infecção vertical. Já Moura (2016) em estudo com gestantes que foram atendidas na rede pública de saúde de Niterói-RJ relatou que 68,1% das entrevistadas sabiam que a mãe poderia transmitir o parasito para o feto durante a gestação.

Cabe esclarecer que as mulheres infectadas com *Toxoplasma gondii* antes da concepção, dificilmente irão transmitir o parasita ao feto. No entanto, as gestantes agudamente infectadas ou com reativação em decorrência de imunossupressão durante a gestação, poderão transmitir o patógeno ao feto por via transplacentária (JEFFREY et al. 2003). O risco e gravidade da doença para o feto dependerá da sua idade (semanas de gestação) no momento em que ocorre a transmissão. Os efeitos mais graves ao feto são observados quando a gestante se infecta no terço final da gestação (COELHO et al. 2011).

Quando perguntados se achavam necessário mulheres grávidas se desfazerem do gato para evitar toxoplasmose, 73,7% (104/141) não souberam responder; 14,9% (21/141) disseram que não e 11,4% (16/141) achavam necessário. Moraes et al. (2013), em Jaboticabal-SP, relataram também que parte dos entrevistados (21,42%) achavam necessário a gestante se desfazer do gato.

Apesar da minoria dos entrevistados desse estudo afirmar tal ideia, esse fato é relevante, pois é uma ação desnecessária considerando-se que tomando as medidas higiênicas corretas, a chance de a gestante infectar-se pelas fezes do felino é praticamente nula.

Associação estatística significativa foi observada entre as variáveis “considera necessário a mulher grávida se desfazer do gato para evitar a toxoplasmose x escolaridade ( $p=0,0018$ ). Os respondentes com escolaridade no ensino médio e ensino superior demonstraram maior conhecimento.

Com coeficiente de contingência de Pearson de  $C^*=0,35$ , fica demonstrado que existe uma associação forte entre as variáveis analisadas, existindo tendência de que a escolaridade interfira no conhecimento. Por fim, quando interrogados se a toxoplasmose tem cura, 74,5% (105/141) não sabiam, 2,8% (4/141) indagaram que não e 22,7% (32/141) afirmaram que possui cura.

A respeito da dengue, inicialmente foi perguntado sobre a existência de terreno baldio ao lado de suas residências, verificando-se que 81,6% (115/141) dos respondentes afirmaram existir e 18,4% (26/141) que não e quando questionado se eles ou algum vizinho recolhiam lixo reciclável, 65,9% (93/141) declararam que sim; 31,9% (45/141) que não e 2,1% (3/141) não responderam.

Após esses questionamentos foi indagada a forma de se contrair a dengue, resultando nas seguintes respostas: 92,3% (130/141) disseram ser pela picada do mosquito; 5,6% (8/141) não souberam citar nenhuma forma; 1,4% (2/141) citaram água parada e 0,7% (1/141) citou por meio de vasilha com água.

Resultado parecido foi relatado por Santos et al. (2011), em estudo na cidade de Cabo de Santo Agostinho-PE, em que 89% da população demonstraram saber que a enfermidade é transmitida pelo mosquito; por Gonçalves et al. (2012) que informaram que 90,3% da população entrevistada em estudo realizado em Urutaí-GO, afirmaram que a dengue é transmitida através da picada do mosquito, e por Bender e Bianchi (2015) em Horizontina-RS que mencionaram que 98% de suas entrevistadas citaram a picada do mosquito como sendo a forma de se contrair a dengue. Já Steffler et al. (2011) em Aracaju-SE relataram resultado inferior: 78,4% da população entrevistada citaram a picada do mosquito como sendo a principal forma de se contrair a dengue.

Neste estudo, quando avaliadas as variáveis conjuntamente “como se pega dengue x escolaridade” ( $p=0,1249$ ) “como se pega dengue x faixa etária” ( $p=0,7795$ ) e “como se pega dengue x área urbana/rural” ( $p=0,4341$ ) nenhuma foi estatisticamente significativa ( $p>0,05$ ) ficando demonstrado que as variáveis são independentes, logo escolaridade, faixa etária e área em que moram não interferiram nas respostas.

Quando indagados sobre quais fatores contribuíam para a proliferação do mosquito, os fatores água parada, falta de coleta de lixo e objetos que acumulam água foram mencionados

por 88,8% (125/141); 28,3% (40/141); 47% (66/141), respectivamente, sendo também citado por 1,5% (2/141) dos respondentes o terreno baldio, 0,7% (1/141) citou número de criadouros e outros 1,5% (2/141) não soube citar.

Apesar de 81,56% (115/141) dos entrevistados responderem que existem terrenos baldios ao lado de suas residências, menos de 2% associou essa ocorrência a um fator que pode contribuir para a proliferação do mosquito, servindo como depósito de objetos que acumulam água. Santos et al. (2012) relataram que na população estudada em Aracaju-SE, 55,4% dos entrevistados veem a água parada como principal fator que contribui para proliferação do mosquito.

Sobre as formas de controle da dengue, foram citadas evitar água parada (61,9%); realizar limpeza do quintal (57,4%); utilização de veneno (2,9%); controlar o mosquito (2,2%); utilização de repelente (1,5%), vacinação da população (1,5%) e não sei (2,2%).

As ações citadas, provavelmente, ocorreram devido às campanhas de divulgação na mídia que sempre enfatizam como medidas de controle evitar água parada e às ações desenvolvidas pelos agentes de combate às endemias que no momento das visitas domiciliares questionam se há presença de objetos espalhados pelo quintal que possam servir como criadouros que abrigam os insetos na fase larval.

Silva et al. (2015), também observaram em estudo com usuários do SUS em Aracaju-SE, que as medidas mais citadas para evitar a dengue foram evitar água parada relatada por 43,6% dos respondentes e limpeza de terrenos baldios relatada por 21,4%.

Quando perguntados se já tiveram ou se algum membro da família teve dengue, 42,5% (60/141) afirmaram que sim; 51,8% (73/141) que não e 5,7% (8/141) não sabiam. Sobre a época do ano que deveria ser realizada a eliminação de larvas dos mosquitos nos quintais residenciais e terrenos baldios, 48,9% (69/141) responderam o ano todo; 44,7% (63/141) responderam que na época das chuvas; 3,5% (5/141) na época da seca e 2,8% (4/141) não souberam responder.

Apesar da infestação do mosquito ser mais intensa no verão devido ao maior índice pluviométrico e temperatura mais elevada, o que favorece a eclosão dos ovos do mosquito, ações preventivas para a eliminação dos focos devem ser tomadas o ano todo e não só no período chuvoso ou na época da seca (FIOCRUZ, 2018). Acerca da dengue ter cura, 88,6% (125/141) disseram que tem; 7,1% (10/141) que não e 4,2% (6/141) não sabiam.

A população demonstrou possuir melhor conhecimento sobre a dengue, provavelmente pelo fato de ser uma doença bastante veiculada nos meios de comunicação e com forte

intervenção do governo, por meio da atuação, principalmente de agentes comunitários de saúde e agentes de endemias.

#### 4. Considerações Finais

Ficou provado que a população entrevistada não detém conhecimento acerca da participação do MV na saúde pública e possui conhecimento insuficiente sobre leishmaniose, toxoplasmose e leptospirose, o que compromete a prevenção e controle dessas enfermidades. Em relação à raiva e à dengue, os entrevistados demonstraram um maior grau de conhecimento, e isso se deve ao fato de que essas doenças são mais divulgadas nos meios de comunicação, com forte intervenção do governo através de programas de controle. Diante do exposto, ficou evidenciada a necessidade de ações educativas que demonstrem à população a importância do MV, profissional com conhecimentos sobre profilaxia, epidemiologia e medidas de controle das zoonoses, na atenção básica. Esse profissional, atuando no Nasf-AB, aliado aos meios de comunicação pode levar conhecimentos à população, e potencializar significativamente as ações de saúde pública, ao gerar uma maior possibilidade de prevenção e controle ou, até mesmo, de erradicação das zoonoses que apresentam grande impacto social e econômico.

#### Referências

Almeida LR. (2018). *Conhecimento dos usuários do hospital veterinário da Universidade Federal da Paraíba sobre guarda responsável, bem-estar animal e zoonoses*. Trabalho de Conclusão de Curso (Medicina Veterinária) - Universidade Federal da Paraíba, Areia.

Azevedo DA, Araújo DP, Paula EMN, Cruz CA, Sousa DB & Meirelles-Bartolli RB. (2013). Avaliação do conhecimento sobre leishmaniose dos docentes dos anos iniciais do ensino fundamental de escolas municipais de Jataí-GO, Brasil. *Revista Ars Veterinaria*, Jaboticabal, 29(4): 103.

Babá AY, Obara AT & Silva ES. (2013). Levantamento do conhecimento de proprietários de cães domésticos sobre zoonoses. *Revista Unopar Científica: Ciências Humanas e Educação*, Londrina, 14(3): 251-8.

Barbosa DS. (2014). A inserção dos médicos veterinários nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF): novos caminhos de atuação na saúde pública. *Journal of Management and Primary Health Care*, Recife, 5(1): 1-3.

Begali JH. (2016). *Subsídios para implantação de um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) com inserção do Médico Veterinário*. Dissertação (Mestrado em Medicina Veterinária: Área de Concentração em Medicina Veterinária Preventiva) – Universidade Estadual Paulista – Unesp, Jaboticabal.

Bender JD & Bianchi V. (2016). Percepção feminina sobre a dengue e seu agente transmissor *Aedes Aegypti* (Diptera: Culicidae) no bairro Vila Operária de Horizontina/RS. *Revista Contexto e Saúde*, Ijuí-RS, 15(30): 126-34.

Branco BHM, Araújo SM, Falavigna-Guilherme AL. (2012). Prevenção primária da toxoplasmose: conhecimento e atitudes de profissionais de saúde e gestantes do serviço público de Maringá, estado do Paraná. *Revista Scientia Medica*, Porto Alegre, 22(4): 185-90.

Brasil. (2003). Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES 1, de 18 de fevereiro de 2003*. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces012003.pdf>>.

Brasil. (2011). Ministério da Saúde. *Portaria nº 2488 de 21 de outubro de 2011*. Brasília. Disponível em:  
<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488\\_21\\_10\\_2011.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html)>.

Brasil. (2017). Ministério da Saúde. *Portaria nº 2436, de 21 de setembro de 2017*. Brasília. Disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/noticias.php?conteudo=\\_&cod=2457](http://dab.saude.gov.br/portaldab/noticias.php?conteudo=_&cod=2457)>.

Brasil. (2018). Ministério da Saúde. *Saúde de A-Z – Raiva - Informações Técnicas*. Brasília. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/raiva/informacoes-tecnicas>>.

Brasil. (2018). Ministério da Saúde. *Vigilância em Saúde - Boletins Epidemiológicos*. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos>>.

Brito JÁ, Santos RA, Mendonça BC & Ribeiro RR. (2015). Avaliação do conhecimento sobre leishmaniose visceral antes e depois da intervenção educacional em proprietários de cães da cidade de Cruz das Almas, Recôncavo da Bahia. *Revista Ciência em Extensão*, São Paulo, 11(2): 104-14.

Cardoso TCM & Bastos PAS. (2016). Avaliação do conhecimento de tutores de cães sobre leptospirose e uma reflexão sobre o papel do médico veterinário na educação sanitária. *Atas de Saúde Ambiental* (São Paulo, online), 4: 82-9.

CNSPV/CFMV.(2012). Comissão Nacional de Saúde Pública Veterinária do Conselho Federal de Medicina Veterinária. NASF: do abstrato ao concreto. *Revista CFMV*, Brasília, n. 56: 69-71,

Coelho WMD, Amarante AF, Apolinário JC, Coelho NMD, Lima VMF, Perri SHV & Bresciani KDS. (2011). Serioepidemiology of *Toxoplasma gondii*, *Neospora caninum* and *Leishmania* spp. infections and risk factors for cats from Brazil. *Parasitology Research*, 109: 1009-13.

Costa GJA. (2017). Avaliação da percepção sobre zoonoses com agentes de saúde, combate a endemias e docentes de escola públicas, do entorno da Estação Ecológica de Caetés, Região Metropolitana do Recife-PE, Brasil. *Revista Medicina Veterinária (UFRPE)*, Recife, 11(1): 67-75.

Dias JC, Paula EMN, Azevedo DA, Araújo DP, Sousa DB & Meirelles-Bartoli RB. (2013). Análise comparativa do conhecimento sobre toxoplasmose dos professores de escolas da rede municipal das séries iniciais do ensino fundamental do município de Jataí-GO, Brasil. *Revista Ars Veterinária*, Jaboticabal, 29(4): 98.

Englar RE, Show-Ridgway A, Noah DL, Appelt E & Kosinski R. (2018). Perceptions of the Veterinary Profession among Human Health Care Students before na Inter-Professional Education Course at Midwestern University. *Journal of Veterinary Medical Education*, 45: 423-36.

FIOCRUZ. (2018). Instituto Oswaldo Cruz. *Dengue – Vírus e Vetor*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ioc.fiocruz.br/dengue/textos/oportunista.html>>.

Genaro G. (2010). Gato doméstico: futuro desafio para controle da raiva em áreas urbanas? *Revista Pesquisa Veterinária Brasileira*, Rio de Janeiro, 30(2): p. 186-9.

Gonçalves RC, Tavares ML, Faleiro JH, Rodrigues ASL & Malafaia G. (2012). Dengue em Urutaí, GO: conhecimentos, percepções da população e condições sanitárias de suas residências. *Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde*, Santo André-SP, 37(1): 36-43.

Jeffrey J, Lopez A & Wilson, M. (2003). Congenital toxoplasmosis. *American Family Physician*, 67(10): 2131-38.

Langoni, H. (2004). Zoonoses and human beings. *Journal of Venomous Animals and Toxins including Tropical Diseases*, 10(2): 111.

Leite AI, Dutra IS. (2013). Zoonoses: conhecimento e conduta dos pequenos produtores de suínos em Mossoró, Rio Grande do Norte. *Revista Ars Veterinaria, Jaboticabal*, 29(4): 117.

Lima FF, Koivisto LB, Perri SHV, Bresciani KDS. (2008). O conhecimento de idosos sobre parasitoses em instituições não governamentais do município de Araçatuba, SP. *Revista Ciência em Extensão*, São Paulo, 4(1): 77.

Maccabe AT, Matchett KE, Hueston WD. (2008). The need for public-health veterinarians as seen by future employers. *Journal of veterinary medical education*, Canadá, 35: 269-74.

Meirelles-Bartoli RB, Sousa SD, Paula EMN, Cruz CA, Azevedo DA. (2015). Análise comparativa do conhecimento sobre leptospirose dos professores de escolas da rede municipal das séries iniciais do ensino fundamental do município de Jataí-GO, Brasil. *Revista Higiene Alimentar*, São Paulo, 29: 242-43.

Moraes FC, Cruz CA, Grisólio APR, Siqueira AB, Meirelles-Bartoli RB & Carvalho AAB. (2013). Conhecimento de professores do ensino fundamental de uma escola de Jaboticabal/SP

sobre a importância da toxoplasmose relacionada à ingestão de alimentos contaminados. *Revista Higiene Alimentar*, São Paulo, v. 29.

Moreira FRC, Morais NRL, Oliveira FLM, Souza JC, Lima MS, Costa FP, Moreira PVSQ & Góis JK. (2013). Avaliação do conhecimento de algumas zoonoses em alunos de escolas públicas nos municípios de Apodi, Felipe Guerra e Severiano Melo (RN)-Brasil. *Revista Holos*, Rio Grande do Norte, 2: 66-78.

Moura FL. (2016). *Ocorrência de toxoplasmose congênita, avaliação do conhecimento sobre toxoplasmose e do acompanhamento sorológico das gestantes e implantação de medidas de prevenção primária nos programas de pré-natal na rede pública de saúde do município de Niterói-RJ*. Tese (Doutorado em Ciências: Área de Concentração em Diagnóstico, Epidemiologia e Controle) – Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Negreiros, JS, Souza SF, Pelizzari C, Ribeiro VMF, Pacheco AD, Medeiros LS, Silva TI. & Fernandes MMP. (2018). Perfil epidemiológico das agressões caninas notificadas no município de Cruzeiro do Sul, Acre, durante o período de 2007 a 2015. *Arquivos Ciências da Saúde UNIPAR*, Umuarama, 22(2): 81-86.

Neto, G. D.; Coelho, A. N. Importância Do Médico Veterinário No Conhecimento Dos Proprietários De Pequenos Animais Sobre Zoonoses Numa Perspectiva Da “One Health” Em Portugal. *Revista Eletrônica De Veterinária*, Vila Real, V. 17, N. 7, P. 1-13, 2016.

Nunes ERC, Almeida DB, Gonçalves MA, Silva MR, Macário V, Medeiros Jr AG, Rosa, MGS & Rodrigues AEN. (2009). Percepção dos idosos sobre o conhecimento e profilaxia de zoonoses parasitárias. In: *Jornada de ensino, pesquisa e extensão*, 9., 2009, Recife. Anais.... Recife: UFRPE. p. 1-4.

Nunes JOR. (2015). *Entendendo o comportamento canino: estudo das causas de agressão e sua influência na profilaxia da raiva humana*. Tese (Doutorado em Medicina Veterinária: Área de Concentração em Medicina Veterinária Preventiva) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Jaboticabal.

OIE. (2018). World Organization for Animal Health. One World, one health. Paris. Disponível em: < <http://www.oie.int/en/for-the-media/editorials/detail/article/one-world-one-health>>.

Pacheco PA., Ferreira GS, Ribeiro LS, Stella AE, Sousa DB & Meirelles-Bartoli RB. (2013). Análise do conhecimento sobre zoonoses dos professores de escolas da rede pública das séries iniciais do ensino fundamental do município de Jataí-GO, Brasil. *Revista Ars Veterinaria*, Jaboticabal, 29(4): 99.

Paula EMN (2016). *Distribuição espacial da leishmaniose visceral no estado de São Paulo, Brasil, no período de 1970 a 2014*. Dissertação (Mestrado em Medicina Veterinária Preventiva) – Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal.

Rodrigues DNJ. (2015). *Avaliação do conhecimento da população sobre formas de transmissão e medidas preventivas da Toxoplasmose em Mossoró-RN*. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró.

Sampaio AB. (2014). Percepção da população do município de Cruz Alta (RS) sobre zoonoses transmitidas por cães e gatos. *Acta Veterinaria Brasilica*, Mossoró, 8(3): 179-85.

Santos DM, Steffeler LM, Silva IA, Marteis LS, Almeida RP, Santos RLC, Moura TR. (2012). Ações educativas em saúde para prevenção e controle de dengue em uma comunidade periférica da região metropolitana de Aracaju. *Revista Scientia Plena*, Aracaju, 8(3).

Santos LM, Lima. (2017). Análise da abordagem e conhecimento do tema parasitoses causadas por protozoários em escolas públicas do município de Salinas-MG. *Revista Acta Biomedica Brasiliensia*, Iguaçú, 8(2): 118-27.

Santos SL, Cabral ACSP, Augusto LGS. (2011). Conhecimento, atitude e prática sobre dengue, seu vetor e ações de controle em uma comunidade urbana do Nordeste. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16: 1319-30.

Schelling E, Wyss K, Bechir M, Moto DD, Zinsstag J. (2005). Sinergy between public health and veterinary services to deliver human and animal health interventions in rural low income settings. *British Medical Journal-BMJ*, Reino Unido, 331: 1264-67.

Secretaria De Estado Da Saúde. Dados Estatísticos - Mapa Leishmaniose Visceral. São Paulo, 2018. Disponível Em: <[Http://Www.Saude.Sp.Gov.Br/Resources/Cve-Centro-De-Vigilancia-Epidemiologica/Areas-De-Vigilancia/Doencas-De-Transmissao-Por-Vetores-E-Zoonoses/Dados/Leish/Lv9913\\_Sh\\_Gve.Htm](Http://Www.Saude.Sp.Gov.Br/Resources/Cve-Centro-De-Vigilancia-Epidemiologica/Areas-De-Vigilancia/Doencas-De-Transmissao-Por-Vetores-E-Zoonoses/Dados/Leish/Lv9913_Sh_Gve.Htm)>.

Silva Gm, Santos Gam, Oliveira Ccc, Vargas Mm. (2015). Percepções E Atitudes Sobre A Dengue Dos Usuários Do Sistema Único De Saúde No Município De Aracaju, Sergipe, Brasil. *Revista De Aps, Juiz De Fora*, 18(3): 341-53.

Silva Tm, Franzini C & Scherma Mr. (2016). Percepção Da População Sobre Zoonoses E Seu Controle Na Área Urbana Em Diversos Municípios Do Eixo Campinas-Ribeirão Preto. *Acta Veterinaria Brasilica, Mossoró*, 10(2): 116-22.

Souza, M. M.; Costa, R. V. C. Avaliação Do Nível De Conhecimento Dos Moradores Do Quilombo São José Da Serra Sobre Zoonoses. *Revista Fluminense De Extensão Universitária, Rio De Janeiro*, V. 4, P. 9-10, 2014.

Speare, R, Mendez D, Judd J, Reid S, Tzipori S, Massey PD. (2015). Willingness to consult a veterinarian on physician's advice for zoonotic diseases: a formal role for veterinarians in medicine?. *Plos One*, USA, 10(1): 1-8.

Statistics Solutions. Complete Dissertation: Nominal Variable Association. Florida, 2018. Disponível Em: <<Http://Www.Statisticsolutions.Com/Nominal-Variable-Association/>>. Acesso Em: 02 Set. 2018.

Steffler, L. M.; Marteis, L. S.; Santos, R. L. C. Fontes De Informação Sobre Dengue E Adoção De Atitudes Preventivas. *Revista Scientia Plena, Aracaju*, V. 7, N. 6, 2011.

Tome, R. O.; Langoni, H.; Peruca, L. C. B.; Babboni, S. D. Avaliação Do Conhecimento Sobre Algumas Zoonoses Com Proprietários De Cães Da Área Urbana Do Município De

Botucatu-Sp. Revista Unopar Científica: Ciências Biológicas E Da Saúde, Londrina, V. 12, N. 3, P. 67-74, 2010.

Tonin, F.; Carlo, R. J. O Que Dizem Os Que Estão No Nasf?. Revista Cfmv-Conselho Federal De Medicina Veterinária. Brasília, N. 69, P. 28-32, 2016.

Victória, C.; Modolo, J. R.; Tremori, T. M.; Paploski, I. A. D.; Padovani, C. R.; Babboni, S. D. Avaliação Da Opinião Dos Usuários Do Sistema Único De Saúde (Sus) Do Município De Botucatu-Sp Sobre A Atuação Do Médico Veterinário Na Saúde Pública. Revista Ars Veterinaria, Jaboticabal, V. 29, N. 4, P. 101, 2013.

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Fernanda Cassioli de Moraes 17%

Ronaldo Inácio da Costa Filho 15%

Rafaela Assis Oliveira 7%

Laura Baialardi Galvão 5%

Dirceu Guilherme de Souza Ramos 5%

Andreia Vitor Couto do Amaral 5%

Leandro Rodrigues de Oliveira Carvalho 5%

Carolina de Alvarenga Cruz 5%

Eric Matheus Nascimento de Paula 5%

Adolorata Aparecida Bianco Carvalho 6%

Daniel Bartoli de Sousa 8%

Raphaella Barbosa Meirelles-Bartoli 17%